



Universidades Lusíada

Sposati, Aldaíza Oliveira

Comentário à comunicação sobre o tema : a prática dos assistentes sociais : uma conversa heurística

<http://hdl.handle.net/11067/3967>

Metadados

| | |
|---------------------------|---|
| Data de Publicação | 1995 |
| Palavras Chave | Assistentes sociais - Prática profissional - Portugal |
| Tipo | article |
| Revisão de Pares | no |
| Coleções | [ULL-ISSSL] IS, n. 11-12 (1995) |

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-20T08:53:38Z com informação proveniente do Repositório

COMENTÁRIO À COMUNICAÇÃO SOBRE O TEMA: A PRÁTICA DOS ASSISTENTES SOCIAIS: UMA CONVERSA HEURÍSTICA

*Pela Prof.^a Doutora Aldaíza Sposati **

“Penso que é de extrema riqueza comentar aqui esta investigação que Helena Nunes nos traz até porque entendo que este trabalho nos vai inserir num outro campo de indagações, que diz respeito à própria coerência interna da nossa prática. Quer dizer, a Helena traz para a cena o protagonismo do assistente social, enquanto profissional, e as questões postas imediatamente à nossa acção profissional enquanto exercício desse protagonismo. Como sugestivamente chama a este trabalho “A prática dos assistentes sociais: uma conversa heurística” assim eu entendo que este seminário é exactamente isso, quer dizer, uma conversa heurística entre nós. Desta forma, vou aqui sublinhar algumas questões que entendo se podem colocar no diálogo com este plenário.

A primeira delas que é da máxima importância, e que este seminário nos traz, é a possibilidade efectiva do assistente social construir conhecimentos a partir da sua prática histórica, situada, datada, que se desenrola no âmbito das relações sociais. Vimos aqui ao longo do dia a riqueza que se produz quando o assistente social reflecte sobre a sua prática e para isso da necessidade de base científica da própria prática profissional. Isto coloca-nos em questão o carácter circunstancial, imediato, pragmático, fechado na lógica das instituições, na reprodução de procedimentos, sem uma compreensão mais ampliada daquilo que nos justifica enquanto profissionais.

Interrogamo-nos todos nós, quando chegaram ao Brasil notícias que aqui na cidade de Lisboa havia um novo código, código este que proibia qualquer expressão do pedido de esmola, proibia qualquer expressão da mendicidade; eu queria

* Professor do Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — área de Serviço Social.

entender por onde passa este dispositivo, efectivamente, ele desloca o campo dos direitos sociais outra vez trazendo as questões sociais para o campo da polícia e não, efectivamente, para o campo do avanço da democracia e da conquista social. Então entendo que há uma centralidade, principalmente na nova realidade, onde discutimos não só a velha e antiga pobreza mais as novas formas de pobreza e o assistente social ele é chamado a continuamente responder por isso. A Prof. Augusta Negreiros nos mostrou muito como é que são as representações profissionais e Helena nos sugere, inclusivé, ao trabalhar esta questão, de que muito diferentemente de ser “aquela senhora que é paga pelo Estado para ter pena da gente”, nós percebemos que, quando se mergulha na análise da prática se descobrem muito mais relações, muito mais mecanismos do que aqueles que, aparentemente, são “travestidos” da mera ajuda circunstancial e parcial. E é sobre isto que eu queria tecer aqui mais alguns comentários.

Um segundo comentário: eu diria que a exposição, a pesquisa, este contributo teórico de Helena Nunes, assim como outros, eles nos mostram a necessidade de rompermos com a leitura das acções da profissão dos assistentes sociais a partir de lógicas endógenas, ou seja, não se pode absolutamente entender o serviço social dentro de um círculo fechado em si mesmo. A sua, e tudo aquilo que foi desde a exposição de Alcina e todas mais que sucederam aqui, foram mostrando fortemente como é que o serviço social se situa dentro das relações da totalidade da sociedade e as nuances mesmo que ele vai tomando do ponto de vista das suas relações com o Estado, das suas relações no interior das políticas sociais. Portanto penso que todas estas contribuições elas transmitem um recado, eu diria assim, um aviso muito sério a todos nós assistentes sociais: não olhemos (aquilo que Zé Paulo dizia) para uma lógica profissional centrada no próprio umbigo. Se assim fizermos nós corremos efectivamente o risco de pôr em risco a nossa profissão porque todos os liames que ela tem do ponto de vista mais ampliado, eles vão-se rompendo e nós vamos terminando por desenvolver o que eu diria uma cidadania restrita do próprio exercício profissional.

Penso que a Helena nos vai mostrando isto inclusivé num campo extremamente importante que eu assinalaria como um terceiro ponto que ela nos destaca com muita riqueza que é, a descoberta da pedagogia da prática. Não existe na nossa prática profissional meramente uma sucessão de metodologias ou de procedimentos existe sim uma pedagogia e esta pedagogia é que ela vai traduzir na maneira pela qual ela se concretiza, na maneira pela qual ela reproduz a forma destas relações entre o profissional e a população. Helena nos trouxe, nessa discussão, à cena a população e a relação profissional do assistente social com a população e com isso ela nos pôs o dito paradigma da regulação e da emancipação. Nos traz a questão de valores discutindo qual é a intencionalidade, qual é a direcção política (e aqui eu

falo a palavra “política” na sua totalidade) no ponto de vista de compreender que efectivamente a acção profissional ela se insere num campo da política por quanto ela é histórica, por quanto ela provoca alterações na realidade. Portanto acho que essa questão rompe com qualquer referência do ponto de vista da neutralidade. Não há neutralidade, todavia não podemos nós aqui pensar numa polarização achando que a prática é só isto, só assistência ou só promoção, ou só subalternidade ou só transformação, ou só regulação ou só emancipação, quer dizer, é esta a questão, é efectivamente descobrir por onde se dá a presença destes paradigmas na prática profissional, onde é que eles informam a nossa acção profissional e como é que nós, ao dar conta dessa dimensão, nos conseguimos movimentar na direcção de um ou outro paradigma.

Entendo que é extremamente importante dar-mos conta que ao longo do tempo a pedagogia da prática se pautou pelo exercício de selectividade onde, ao contrário da universalidade que é a demanda das políticas sociais, nós assistentes sociais sempre fomos treinados no domínio de tecnologias de selecção: selecção por mérito social, selecção por adopção de critérios, não dando conta ainda o suficiente do quanto as tecnologias de selectividade utilizadas na prática, vão de encontro aos princípios democráticos do ponto de vista da universalização do direito. Então a direcção pela qual exercemos esta questão da selectividade são mecanismos fortemente de reiteração dos processos de exclusão. Então, ao invés de senhoras bondosas, de dar conta de processos de ajuda, terminamos e não damos conta disso, de ser, sim, “bruxas más” que exercitam a exclusão. Quer dizer: então eu acho que esta é uma questão extremamente séria do ponto de vista da prática mas não só a questão da selectividade, mas também a questão mesmo da restrição do direito. O que entendo eu aqui sobre a questão da restrição do direito? É o deslocamento que o assistente social muitas vezes faz do campo do direito sobre a legalidade (e ele trabalha este direito) no campo da retórica, da fala, não colocando a possibilidade efectiva da garantia do direito até mesmo nos tribunais, para os segmentos da população mais pauperizados e mais espoliados.

Uma outra questão que me parece também muitas vezes presente na pedagogia do profissional é quando ele se coloca nas relações como num processo de interposição de sujeitos; diz ele que ele fala pela população e chega na população e diz que fala pela instituição. Neste papel de interposição o assistente social termina no mais das vezes por impedir as representações directas, os processos de negociação e o avanço de relações democráticas. Então me parece que, embora Helena Nunes não tenha acentuado estes aspectos, ela acentuou em contrapartida o carácter importante do que ela chama uma “pedagogia democrática” ou seja, aqueles elementos que nós temos que pôr em prática, que efectivamente dizem respeito a um compromisso com a sociedade, que avança ao final do século (e já falámos até em

século XXI) quer dizer, num compromisso efectivo com o exercício, realmente, da democracia, o exercício do direito, o exercício da representação que nós terminamos sintetizando tudo isso sob a égide da ideia de cidadania. Este carácter da universalidade, da publicitação, o carácter da investigação, da solidariedade, enfim, eu penso que há um grande contributo na sua reflexão e, portanto, dos assistentes sociais com os quais ela trabalhou, no sentido de indicar um novo caminho, uma nova pedagogia, uma pedagogia comprometida efectivamente com novos tempos democráticos.

E para terminar, penso que uma preocupação que Helena nos traz é a questão da preocupação com a cidadania profissional. Considero que temos que romper com esta cidadania envergonhada, se me permitem assim. Esta questão que é muito interessante da busca da autonomia relativa dentro do exercício profissional, muitas vezes ficamos subjugados, no exercício subalterno da acção profissional, áquilo que é o disposto institucional deixando de lado a nossa competência e capacidade do exercício de uma profissão o que nos dá uma autoridade, ainda que nós não sejamos na sociedade questionados no nosso desempenho, como por exemplo, os médicos: nós somos isentos, ainda, do julgamento da sociedade sobre a qualidade das nossas práticas, nós não temos, na verdade, uma sanção que nos permite muitas vezes transgredir a questão da qualidade sem ter directamente a avaliação da sociedade. Nós não temos isto mas isto não deve ser o nosso escudo, deve ser, efectivamente, entendo eu, o nosso compromisso no sentido de conquistar este espaço por uma efectiva cidadania (eu diria mesmo aqui de compromisso e não essa cidadania subalterna).

Por fim Helena Nunes colocou uma questão, pela própria natureza da investigação dela, que é a investigação no âmbito de um projecto. E aí ela nos diz o seguinte:

Primeiro — o começo da experiência dizia o seguinte: será que um projecto, por ser uma esfera que se coloca fora das relações imediatas de poder, de regulações dentro de uma instituição, por ele ser um âmbito ou uma esfera que coloca relações particulares ou constrói o que ela chamou de um novo espaço geo-administrativo das relações, será que um projecto por isso mesmo permite de algum modo um avanço de qualidade?

Ela começou a sua indagação neste sentido e ela terminou colocando uma outra indagação (o optimismo inicial ela nos pôs um preocupação final): será que os projectos, hoje, tão frequentes na sociedade portuguesa não seriam formas de fragmentação dos direitos? Por outras palavras: será que a população deste projecto viveu um momento bom ou talvez um momento óptimo durante o período de duração do projecto e cessado o projecto ela não entrou num circuito de regularidade, de

abandono e de não exercício efectivo da realização e da concretização dos seus direitos. Portanto, penso que o que nos é colocado é uma questão de extrema cautela que diz o seguinte: até onde? Com os projectos nós podemos inovar, criar um outro campo afora das relações para fazer avançar, vamos dizer assim, esta questão da democracia, a questão da autonomia, sem que com isso sejam eles uma novidade para contrapor tudo aquilo que poderiam ser conquistas mais duradouras para a população apesar de que colocam novas relações de poder. Então eu diria que possivelmente este trabalho (assim como outros) nos trazem sérias questões para reflectirmos sobre a prática profissional: — por onde se movimenta o campo da prática do assistente social? — por onde é que o assistente social tem um domínio efectivo das relações que estão postas imediatamente no seu exercício profissional? — e como se processa a inter-relação destas relações com uma intencionalidade para além desta prática no avanço da sociedade democrática dos direitos sociais e do confronto com as exclusões?

Eu fico por aqui. Muito obrigado.”